

Da Dificuldade de Articulação de um Conceito de Cidadania – Percalços Trazidos pelo Discurso Pós-Moderno

O conceito de cidadania, definitivamente atrelado ao exercício de direitos e aglutinação em torno de movimentos sociais teve seu nascedouro no mundo grego, com características culturais e históricas específicas não mais cabíveis, em sua práxis, aos dias de hoje, salvo transmutado segundo larga recauchutagem adaptativa aos interesses mútuos, cada um ao seu modo, de burgueses e trabalhadores. Saído do modo de produção escravagista para um modo de produção capitalista de viés pós-liberal, não poderia esse conceito ter uma adaptabilidade tão tranqüila quanto pretendem os discursos acadêmicos e do poder.

Como podemos questionar conceitos, delimitá-los, quando vivemos um momento em que as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade são questionadas? A idéia de emancipação universal, montada sobre a noção de progresso, os sistemas únicos, as metanarrativas, os fundamentos definitivos de explicação são pronunciados como palavrões e ouvidos como insultos ultrapassados e carcomidos.

Ouve-se o anúncio do “fim das certezas” tanto no mundo científico quanto no mundo político, o que inevitavelmente mina o cenário demandado à lapidação e estruturação de tal conceito às demandas atuais. Naquilo que cabe às ciências, vale lembrar que esse modo de conhecer o mundo amiúde anunciou-se como campo privilegiado da dúvida. A ciência sempre propalou certezas provisórias, ainda que em parte não declaradas, construídas historicamente, e nada mais que isso.

Já do ponto de vista político, pólo de maior interesse para essa reflexão, o anúncio das incertezas vem recheado como contraponto da morte dos sonhos, das utopias, das previsões factíveis, segundo estratégias e táticas a serem tecidas no seio de uma práxis humana. Há ainda valores

universais a serem defendidos com unhas e dentes, como os da liberdade e emancipação humana, sem os quais, caímos numa espécie de nihilismo muito conveniente aos que não pretendem ver a realidade de miséria e pobreza modificada. Fim das certezas nos chega como fim das esperanças.

Juntas essas duas formas de incerteza: a da esperança política que outrora fora resguardada nas metanarrativas, e o fim das certezas provisórias acalentadas pela ciência, hoje camufladas pelas teorias do caos e suas versões derivativas, compõem o que se tenta anunciar como as "incertezas contemporâneas", que ao final, não passará do estabelecimento de dois fortes eixos de manutenção e preservação do fim da esperança e no assentamento no relativismo estéril e imobilizante.

As teses pós-modernas são fragmentárias, o que torna a leitura de mundo apenas uma questão local, dissuadindo-nos a fugir das análises mais globalizantes. Não há um serviço à causa neoliberal mais eficaz que esse, à medida que deixa a responsabilidade de pensar os grandes sistemas econômicos e políticos nas mãos de seus grupos hegemônicos, além de impactar de forma mortal, a mobilização social. Como afirma Rorty:

[...] a esquerda foucaultiana nos Estados Unidos de hoje (1998) é exatamente o tipo de esquerda com que sonha a oligarquia: uma esquerda cujos membros estão tão ocupados desmascarando o presente que não têm tempo para discutir que leis necessitariam implantar-se para criar um futuro melhor.¹

Vivenciar a "incerteza" como a grande e nova certeza a ser aceita sem contestação, leva os indivíduos a escolherem nada pensar sobre o futuro, e concentrar-se ativamente no agora. Esse movimento equivale a abrir mão do futuro, o que desocupa todos os espaços para que o capital pense seu futuro com total ausência de limites. Quando não planejamos o futuro, porque "o mundo é indeterminável", deixamos que planejem por nós. Deslocados das preocupações com o outro, para com os valores, perdidos em sua sobrevi-

¹ *Forjar nuestro país: el pensamiento de izquierdas em los Estados Unidos Del siglo XX.* Barcelona: Paidós, 1999. p 117.

vência diária, os indivíduos mergulham em um profundo narcisismo. Além do que, determinar o mundo como indeterminado é o que Habermas chama de “contradição performática”. Ora, não se pode negar algo com argumentos que afirmam justamente o que se pretende negar.

Existe um sujeito histórico ativo, esse que busca colocar-se no seio de seu mundo na condição de cidadão e que não vive em função de jogos probabilísticos, mas movido a intencionalidade, com a qual tece a sua história e os rumos do mundo.

Posiciono-me aqui entre os que pretendem defender como contraposição a esse eixo pós-moderno, uma perspectiva progressista a ser organizada em torno de certezas provisórias, o que vem necessariamente a implicar nomeação das coisas e atribuição de sentido ao ser, com vistas à reconstrução da esperança, edificada sobre metanarrativas e valores universais. Minha crença é a de que aquilo que entendemos como “incerteza” constitui parte estrutural das condições materiais e espirituais do próprio desenrolar das contradições típicas do sistema capitalista mundial. Sem a crença de podermos dar conta do que ainda se nos apresenta como incerto, nos manterá na cômoda posição de poliqueixosos “com a boca cheia de dentes, esperando a morte chegar”.

Utilizou-se sobretudo as concepções de Ilya Prigogine² para neutralizar os processos de transformação social, à medida que se nega a importância da ação de um sujeito histórico, agora relegado às tormentas de jogos de probabilidades operados sem metanarrativas. O indivíduo não deve mais resistir ao imprevisível, o que vem a ser uma ordem que fragiliza as ações coletivas, abrindo caminhos para o autoritarismo e a violência.

Consenso passou a ser uma palavra feia, concebida apenas como algo inatingível, de estrutura e essência platônica, ou no máximo como produto de manipulação do sistema. Só é reconhecível a heterogeneidade dos jogos de linguagem, em que se esboça uma espécie de consenso local, urdido por aqueles sujeitos reunidos, com a possibili-

² Consultar *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*, editado pela UNESP em 1996.

dade de sua anulação a qualquer momento. Na concepção de Habermas, o consenso tornou-se um valor ultrapassado e suspeito.³

Todo e qualquer movimento social, quer seja de caráter reivindicativo, propositivo, afirmativo, revolucionário ou reformador necessita vencer os efeitos desmobilizadores das incertezas, de forma a garantir espaços de esperança que nutram e motivem as organizações em função do estabelecimento de uma nova ordem.

Sobre o Direito

Há um conjunto de três diferentes esferas de direito que compõem a totalidade do que se estabeleceu, sobretudo nos movimentos sociais, mas também no discurso oficial hegemônico, como os "direitos do cidadão". Encontram-se eles num necessário vínculo, o que vem a garantir, nessa relação recíproca, sua efetiva realização. São eles os direitos civis, sociais e políticos. Dependem intimamente da correlação de forças econômicas e políticas vigentes num determinado momento histórico, para que possam ser usufruídos pelos que deles se beneficiam.

Os direitos de ordem política são gozados no exercício volitivo do homem quando da deliberação de sua vida, na livre expressão de seu pensamento, seguida de uma prática política coerente com esses princípios, além da vivência plena de diversas outras dimensões existenciais suas, tais como a religiosidade, a ludicidade, a afetividade, etc. Seus direitos políticos são expressos nas inter-relações sociais, sempre na presença de outros, através de organismos de representação direta como os sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais em seus diversos vieses; nos conselhos, na escola. Para além dessa dimensão, existe a participação indireta em que são representados por pessoas indicadas através de seu voto, nos estados democráticos, para atuarem nas instâncias legislativa e executiva de governo. Aí, sua atuação se dá não apenas através do sufrágio, mas também pela resistência e enfrentamento aos poderes constituí-

³ Idéia contida em *O discurso filosófico da modernidade*, editado pela Martins Fontes, em 2002.

dos, através de greves, manifestações, articulação em movimentos sociais combativos e atuantes.

Os direitos civis dizem respeito ao livre usufruto do próprio corpo, à liberdade de ir e vir, à segurança. Nos regimes ditatoriais, a imposição da anticidadania que lhe é típica, há forte cerceamento da expressão e da liberdade, em que os corpos são amiúde submetidos a tortura, a confinamento, e até à morte. No Brasil atual, são diversos os exemplos de anticidadania tais como o exercido por forças policiais que, ao seu modo, e segundo os desígnios de seus esquadrões-da-morte montados, julgam e punem aqueles que acharem por bem fazê-lo, para além ou aquém de qualquer determinação judicial. As fazendas espalhadas, sobretudo no norte do país, que mantêm ilegalmente trabalhadores em regime escravocrata, cerceados dos mais elementares direitos humanos. A exploração de crianças e adolescentes em frentes de serviço desumanas, em carvoeiros, pedreiras, quando não, na prostituição sempre lucrativa aos agenciadores de plantão.

O respeito a esse conjunto de direitos, e o efetivo usufruto de todas suas garantias por parte dos indivíduos dependem, sobretudo da existência dos direitos políticos, que por sua vez estão vinculados à existência de regimes democráticos.

A compreensão de cidadania exige como pré-requisito que sejam enunciados quais são esses direitos sociais a comporem os itens constitutivos das necessidades básicas da existência humana. Faz parte do rol o atendimento às demandas relativas à reposição da força de trabalho, tais como alimentação, saúde, habitação, educação, para ficarmos apenas naqueles nuclearmente necessários. Esses itens, em tese, só estariam garantidos se houvesse, nas atuais circunstâncias históricas, o direito ao trabalho, em que aí se resguardassem níveis de dignidade que minimamente contemplassem os elementos especificados.

Na realidade brasileira em que se evidenciam índices alarmantes de injustiça social e miséria, visíveis a olhos nus, o atendimento a esses direitos permanece como sonho acalentado no seio de milhões de esperançosos num “Brasil do amanhã”. Nos discursos oficiais e oficiosos do presidente Lula, a tônica do elemento escatológico permanece presente, à medida que se deixa eternamente anunciada uma

promessa de melhores dias para o povo brasileiro, num futuro próximo, como consequência das “corretas providências econômicas” herdadas e prosseguidas por esse governo, ainda que nos desígnios partidários se esboçassem diferentes rotas e empreitadas.

A concepção de cidadania foi desenterrada de entre os gregos e rearticulada pela burguesia na perspectiva desses direitos de cunho social. Os trabalhadores são mantidos na condição de passivos receptores de tais direitos, conservando em seu imaginário, a custo do jogo ideológico, a idéia de que a responsabilidade por sua viabilização e consecução é da atribuição dos capitalistas e governantes, o que vale dizer: seus direitos são desígnios ou dádivas dos poderes econômico e político. O próprio capitalismo em sua atual face neoliberal acena pela possibilidade de uma sociedade mais justa e solidária, mumificada nos discursos messiânicos das forças hegemônicas.

Ainda que mantida na condição de eterna possibilidade de acesso, uma vez ocupados efetivamente os espaços garantidos na letra jurídica, ou para além dela, essa utopia de sociedade melhor e mais justa pode vir a tornar-se realidade vivida e tecida pela força do trabalho.

Trajétoria Histórica do Conceito de Cidadania

O tema cidadania surgiu a partir da elaboração grega de especificidades econômicas, políticas e sociais, sob a égide da democracia vivida na *polis*, em torno da *ágora*, ou praça pública, onde o destino de cada um e de todos era decidido segundo a força argumentativa mais consistente. Somente os homens livres poderiam ter a participação política direta no debate que girava em torno dos direitos e deveres orientadores de seus destinos, de suas condutas, moral, ações, visão de mundo. Dizer homens livres implicava a exclusão de mulheres, crianças, estrangeiros e escravos. O homem político, na estrita concepção do termo somente era atribuível a esse pequeno percentual da população grega.

Já em seu nascedouro o termo cidadania, por suas especificidades históricas, traz uma conotação de caráter excludente, ao mesmo tempo em que, por outro lado, ga-

rante privilégios a uma certa categoria de indivíduos, em detrimento dos demais. É um conceito, portanto, que carrega em sua raiz, defeitos e limites a serem superados, sob pena de eternamente cairmos em ciladas, quando do inadequado retorno ao imaginário político grego.

Cidadania é um termo que traz sua gênese vinculada à vida dos homens na cidade, onde exercem, na esfera coletiva, seus direitos e deveres de cidadão. Entre os séculos V e XIII, na vigência do feudalismo, em que os núcleos humanos eram essencialmente rurais, houve uma espécie de suspensão do exercício da cidadania, vindo a ressurgir, segundo diferentes reelaborações, a partir do século XV, que corresponde à longa ascensão da burguesia, que na condição de classe revolucionária, se impunha contra o modo de produção feudal. É justo nesse período histórico que os homens voltam a se estabelecer em retorno dos núcleos urbanos.

Retoma-se o estado de direito através das Cartas Constitucionais, fruto dos ideais da Revolução Francesa, em que se superam a arbitrariedade dos regimes monárquicos ditatoriais e as normas caóticas e fragmentárias da sociedade feudal.

Ainda que somente perante a lei, pela primeira vez na história humana é instituída a idéia de igualdade a todos, anunciada pelo estado de direito que passou a vigor.

A restauração dos direitos da cidadania tem vigência ao longo da ascensão da burguesia. A revolução dessa classe redundou na tomada do poder estatal. Tornada hegemônica, a burguesia instala o capitalismo como forma de produção e de vida. Através de séculos, antes mesmo da instituição da nação, a burguesia já vinha se articulando em cidades, urdindo um modo particular de existir, o urbano, onde o homem se expressava, nesse contexto, como cidadão.

Um importante aspecto do direito trazido pela Revolução Francesa foi o fato de convergir para a proposta de cidadania em que se anunciava a igualdade de todos perante a lei, além de romper com o direito adquirido no nascimento, típico da sociedade feudal.

A revolução burguesa, por ter instituído e revigorado a concepção de cidadania, certamente contaminou, com sua perspectiva ideológica, toda a compreensão que dela se queira ter. Assim, é importante se mapear, ainda que vaga-

mente, a trajetória do projeto burguês voltado para a consideração do cidadão.

Tudo começou com a valorização do trabalho, que na Idade Média era desqualificado e tido como indigno a um nobre cavaleiro. Ascendendo a burguesia, os cidadãos que trabalhavam nas mais variadas áreas de produção dos centros urbanos foram valorizados, o que afrontava o imobilismo defendido pelo dogma católico e pela nobreza feudal. Passaram a valorizar o trabalho (grande marco inaugural da existência da cidadania), as revoltas religiosas e revolução protestante do século XIV.

Calvino sistematizou a ética protestante que veio a promover um profícuo debate na sociologia de Max Weber, séculos depois. A revolução protestante derrubou as garantias asseguradas de salvação. O sofrimento do presente não mais se legitimava em nome de uma promessa futura, num mundo além. A nova ética anunciava a necessidade do trabalho que deveria ser exercido com vistas à produtividade. O homem a partir de então administrava e criava bens divinos na terra.

Essa ideologia viria a ser a mola propulsora da lógica acumulativa do capital.

Também o novo pensamento veio a ter seu marco revolucionário com Galileu e Descartes. Galileu desbancou a terra de seu centro universal, o que redundou no deslocamento da igreja do centro da terra. Tudo isso veio a abalar sua racionalidade e seu poder.

Com a nova racionalidade, a idéia de cidadania entre os gregos é retomada. Todos os homens podem ser iguais pelo trabalho e por suas virtudes (aqui compreendidas como capacidades). Nessa perspectiva burguesa, se privilegia o individualismo e um certo tipo de cidadania, que a partir de sua ascensão, provocou nova visão de mundo, subsidiada por novas racionalidades e novas ideologias. Assim, após a derrocada do feudalismo, os indivíduos vieram incorporando idéias enxertadas de valores outros, perpassados pela educação, cujo papel central, na concepção sociológica de Durkheim é a de socializar os novos membros de uma comunidade, ao assumir a responsabilidade pela introjeção em todos os indivíduos, das bases morais comuns que garantirão o equilíbrio da sociedade, preservada, assim, dos

riscos de anomia. São essas ideologias que possibilitam o norteamento de seus membros, à medida que, para além do bem ou do mal, trazem explicações sobre si próprios, e sobre as coisas do mundo em que vivem.

Passado o momento revolucionário, a burguesia direcionou os direitos somente àqueles proprietários de algo, e estendeu os tentáculos ideológicos sobre todos os que precisavam estar acomodados à dominação. Assim, fica vislumbrado o limite do conceito de cidadania para a oficialidade, sua concepção formal. Ele é atribuível, na prática, somente aos que preenchem o quesito posse. Universalmente, a idéia de cidadania precisava abranger a extensão dos direitos a todos, de modo indistinto, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo.

Nesse momento histórico, superadas as fases mercantilista e liberal do capitalismo, vivemos um modo de economia em que predominam as grandes empresas, os oligopólios, onde toda a riqueza social e o poder são centralizados.

O embate entre capitalistas e trabalhadores perdura, provocando modificações recíprocas. Ao fortalecimento via sindicatos e organizações partidárias representativas do trabalho, o capital reagiu com a criação de mais tecnologia para diminuir sua dependência da mão-de-obra humana, o que provocou nos trabalhadores a necessidade de replicar, atualizando-se em suas relações com a tecnologia. Táticas e estratégias são acenadas e executadas de cada lado, mas no que cabe aos trabalhadores, impõe-se a necessidade de valorizar a categoria "cidadania" como caminho para conquista de uma sociedade nova. A vigilância e o exercício das pressões devem permanecer vivos, além da necessidade de preservação de condições institucionais democráticas, acompanhadas de constituições representativas da vontade popular.

Como resultado das guerras ocorridas no século XX, a contradição "capital x trabalho" estabeleceu propostas de cunho social na direção de um Estado do bem-estar, o *welfare state*, que veio a re-formatar a relação do trabalhador com o Estado.

No atual momento histórico de desenvolvimento de forças produtivas, o núcleo da discórdia foi deslocado da propriedade para o saber. A idéia de igualdade defendida

nas novas estruturas ideológicas é a de que todos podem ser iguais por sua capacidade de dominar o mundo tecnológico, o que os fariam ascender à burocracia das empresas pelo mérito que possuem. O trabalhador agora pode ser proprietário, à medida que lhes está aberta a possibilidade de tornar-se acionista. Este é mais um espaço do exercício da cidadania: a participação efetiva na posse de bens e saber tecnológico, em meio aos oligopólios.

Hoje esses espaços trazem uma dupla face: ao mesmo tempo em que atende às condições de promover o lucro, por outra via possibilita a extensão da luta dos trabalhadores para além das fábricas. Se por um lado a tecnologia domina, oprime, do mesmo modo pode libertar. Os trabalhadores passariam mais e mais a se lançarem na direção de novos conhecimentos e especializações. No embate Estado x cidadãos, cada vez que aquele nega os direitos acenados, os cidadãos podem nessa seara ganhar novos espaços a partir de sua força reivindicativa.

O Brasil começou sua história num momento em que o mundo já vivia a transição para o capitalismo. Seu legado inicial já vem inscrito sob o signo da exploração. Tivemos e continuamos a ter uma posição subalterna no processo de solidificação do capitalismo.

Mesmo com essa tendência cultural à submissão, a população brasileira logo se deu conta que não era atendida em suas reivindicações, não apenas pela recusa mesquinha da burguesia que a explora, mas porque o Brasil, frente aos países de primeiro mundo, se posicionava e continua a fazê-lo, do mesmo modo subalternamente. Foi necessário o processo de conscientização da condição de subdesenvolvimento a que estávamos legados, para que começassem a se esboçar os primeiros movimentos reivindicativos e afirmativos.

Entre os anos de 1940 e 1960 houve forte atuação da força do trabalho nos movimentos sociais de caráter político e econômico, passando essa classe do estado de "caso de polícia" para "caso de política", provocando significativa ampliação do exercício da cidadania.

Com o favorecimento da indústria, em detrimento da lavoura, o êxodo rural provocou enorme desequilíbrio populacional nos grandes centros urbanos, relegando os trabalhadores massificados à miséria, segundo uma configura-

ção disforme, passíveis à manipulação, mas ainda assim capazes e aptos a reclamarem sua cidadania.

A partir da constituição de 1946, vários direitos sociais passaram a ser atendidos, sob pressões políticas das organizações populares, tais como educação, habitação, saúde, segurança no trabalho, seguridade social.

Evidente que com o golpe militar acontecido a partir de 1964, a área social sofreu significativo golpe e conseqüente retração, em que a cidadania perdeu amplos espaços de acontecimento. Nesse contexto histórico não se reproduziu no Brasil, junto com o assentamento do monopolismo, o estado do bem-estar e sua proposta de cidadania, tal como vivida nos Estados Unidos e Inglaterra.

Há a necessidade de não mais se nadar em marés contrárias, mas aproveitar o que há de melhor nessas circunstâncias adversas, e seguir rumo aos acenos de cidadania com atendimento aos direitos sociais. Ao contrário de lutar contra moinhos de vento, como a negação à tecnologia, dever-se-ia trabalhar no sentido de vinculá-la à cidadania, de forma a tornar a balança mais favorável aos trabalhadores. Embora com resultados mais lentos, a via democrática parece sinalizar por um mais seguro caminho de preservação e melhoria das condições da vida humana, com a participação de todos.

A partir de 1985, com o fim oficial da ditadura militar, sobretudo após a Constituição de 1988, a existência da cidadania para a maioria da população passou a ser uma questão que tão-somente depende de muita luta social. Atualmente assistimos à constituição de muitas redes de organismos autônomos propícios ao exercício democrático, que ao final deveu-se à luta contra a tirania e exploração do capital monopolista.

Algumas Conclusões Provisórias

O exercício da cidadania está intimamente ligado à necessidade de ação dos sujeitos e dos grupos de interesses comuns, além, evidentemente, à dependência das condições globais vividas pelas sociedades em conflito.

Essa categoria “cidadania” nos demonstra que os homens fazem sua história, segundo determinadas possibi-

lidades estruturais. Se de um lado há sujeitos desejantes e prenhes de necessidades, absortos em suas subjetividades, por outro lado há sujeitos sociais que se articulam em fábricas, sindicatos, partidos políticos, nos mais variados espaços da sociedade, enfim.

Mais que qualquer aspecto constitutivo do fazer histórico, há a necessidade de que esses sujeitos se saibam *seres-no-mundo*, presos nas circunstâncias e reveses históricos, mas capacitados a superá-los segundo ações intencionais e participação efetiva na tessitura dos desígnios de seu mundo.

Nas palavras de Paulo Freire⁴, a vocação existencial humana está em *ser-mais*. A passagem para esse estado depende da conscientização de sua condição histórica, da superação dos entraves políticos, econômicos e de poder que tentam mantê-los na condição de *ser-menos*. O *inedito-viável* é percebido, sobretudo nos momentos em que, junto a outras necessidades e desejos, homens e mulheres se articulam em movimentos sociais, amparados em direitos conquistados e a adquirir, naquilo que constitui efetivo e intenso exercício da cidadania.

⁴ Idéia que perpassa toda a obra filosófica e pedagógica de Paulo Freire, sobretudo presente em *A Pedagogia do oprimido*, *A Pedagogia da esperança* e *A Pedagogia da autonomia*.